

ATA Nº 245/2020

1 Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e vinte, às oito horas e trinta minutos, através de
2 vídeoconferência, no município de Capivari de Baixo-SC, reuniu-se ordinariamente o Conselho
3 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a condução do presidente, o
4 conselheiro: André Pinto Dalcarobo (titular da APP). Estando presentes: o vice-presidente Vitor
5 Cesar Paris (titular da Secretaria de Obras), a secretária: Luciane Ferreira Medeiros (titular da
6 Secretaria de Assistência Social), os conselheiros de direito, representantes da sociedade civil e
7 governamentais: Dafna Correa Rodrigues (titular da AJL), Eliezer Marques Costa (titular do
8 Grupo Escoteiro Carijós), Fernanda Firmino da Silva (titular da Secretaria de Saúde), Hamilton
9 Gomes de Sousa (suplente da APAE), José Eduardo Bittencourt (Suplente do CEACA) e
10 Rosineti Cardoso da Rosa (titular do Clube Esperança). Ainda estiveram presentes: Guilherme
11 Cechelero (assessor de rede) e Louizi Cristina Eich (Conselheira Tutelar). André inicia a reunião
12 informando que entrou em contato com as conselheiras tutelares através de whatsapp, devido à
13 ausência de representantes nas últimas reuniões, sendo justificado que não foi possível a
14 participação devido terem outros compromissos no dia, algumas estavam de plantão, e diz para
15 deixar registrado esse contato. André relata que teve uma crise alérgica durante a noite e pede a
16 compreensão de todos se a sua voz não estiver muito boa. André observa que a conselheira
17 Louizi entrou, e orienta aos conselheiros que tiverem problemas técnicos se reportem pelo chat
18 ou pelo grupo de whatsapp. Com relação ao item dois: justificativas de ausência, André diz que a
19 conselheira Luciane está com problemas na internet, porém estará entrando assim que resolvido.
20 André questiona se mais alguém justificou. Sabrina informa que recebeu e-mail do José Paulo,
21 suplente do SINTRESC, que informou que não poderia estar presente. André passa ao terceiro
22 item: Retorno sobre a reunião de membros do CMDCA com o prefeito e equipe técnica referente
23 os vetos em ano eleitoral; André recorda os presentes que a reunião foi marcada principalmente
24 pela questão do veto ao repasse do FIA ao projeto: Criação de espaço multiprofissional, da
25 entidade: CEACA, onde o prefeito vetou e a câmara, mesmo após realização de reunião, manteve
26 o veto e por isso foi deliberado pelo CMDCA por solicitar uma reunião com o prefeito e equipe
27 técnica. André relata que teve reunião na terça, dia 07/07/20, pela manhã com o prefeito, em
28 conjunto com as conselheiras: Dafna da AJL e Rosa do CEACA, que eram as entidades mais
29 interessadas se poderiam realizar ou não o repasse em ano de eleição, estando presentes a equipe
30 técnica: procuradoria, Secretaria de administração e finanças, contadora responsável, bem como
31 o auditor do município, tendo como assunto duas pautas: a questão do repasse de recurso aos
32 projetos e os motivos do não repasse em ano de eleição, que eles disseram que se basearam em
33 pareceres da AMUREL e FECAM, segundo foi informado pela equipe técnica. André diz que
34 sustentaram seus argumentos no disposto na cartilha do TCE, mais especificamente ao que
35 consta na página de n.º 40, que diz que não há vedação para chamamento público em ano
36 eleitoral. André informa que também juntou os julgados do TCE para argumentar junto a equipe
37 técnica, em específico para o caso do CEACA, e AJL, que possuem recursos do FIA a receber.
38 André afirma que o prefeito mudou de ideia e que ia reavaliar sua decisão, sendo que o mesmo
39 solicitou a procuradora e a contadora que fizessem pesquisa junto a FECAM e AMUREL. André
40 diz que fez um embasamento por escrito e solicitou resposta escrita. André informa que buscou a
41 resposta com a Patrícia, contadora, e informa a que questionou pessoalmente, tendo como
42 retorno que: com relação ao CEACA ainda não tem resposta formal do órgão consultado e com
43 relação à Associação Jorge Lacerda não haveria problema, pois o repasse seria para a
44 continuidade dos projetos já aprovados em ano anterior. André diz que possui o áudio, e diz que
45 pode estar disponibilizando para a Dafna, que é a representante da AJL presente no conselho.
46 André explica que a contadora Patrícia retornou no dia de ontem, por estar afastada devido
47 COVID e diz que pontuou a urgência na resposta, pois tinha que ter uma posição para passar
48 para a plenária na reunião de hoje, e informa que então tiveram resposta tácita. André diz que
49 outra questão que foi levada para a reunião foi o da possibilidade de o Grupo Escoteiro Carijós
50 receber recursos através do FIA, participando de futuros editais, devido estar realizando a

51 devolução de recursos ao FIA. André informa que também teve resposta verbal da contadora
52 Patrícia que informou que não haveria a possibilidade de a entidade receber o recurso. André diz
53 que não estando a entidade livre e desempejada para receber recursos, segundo o disposto no
54 marco regulatório. André informa que essa foi também a posição do Granzoto na reunião. André
55 reforça que o ofício por escrito deve chegar em breve. Hamilton questiona se o CMDCA irá se
56 posicionar com relação à nota de repúdio emitida pelo CEDCA, e encaminhada por Sabrina
57 através de e-mail. André solicita que esse item fique para ser discutido em palavra-livre ao final
58 da pauta, para não atrasar os assuntos. Hamilton concorda. Eliezer pede a palavra e questiona se
59 essa resposta da contadora Patrícia chegou por escrito, pois teve interferência e não conseguiu
60 acompanhar a discussão. André nega, e diz que houve retorno através de áudio, pois solicitou
61 posição com urgência para colocar para o conselho nessa reunião. Eliezer questiona se ela
62 passará por escrito. André confirma, porém não tem resposta ainda para a questão do CEACA, e
63 diz que deve ser por essa questão que ainda não responderam. Eliezer questiona qual a
64 fundamentação da resposta informada. André diz que o Granzoto respondeu na reunião que:
65 apesar de a entidade ter realizado o parcelamento, ela não realizou ainda a quitação da dívida,
66 estando pendente o pagamento. Eliezer relata que o parcelamento foi recomendação apontada
67 pelo auditor Granzoto e Patrícia da contabilidade, e diz que realizou conforme foi orientado para
68 regularizar a situação da entidade, visando poder receber recursos e terminar o projeto. André diz
69 que entende que a orientação não foi para a questão da liberação de recurso, mas sim para não
70 gerar problemas para a entidade. Eliezer diz que a orientação foi para resolver e não dar
71 problemas para todos, pois houve erro de todos. Eliezer sugere que o CMDCA se posicione para
72 exigir resposta escrita através de ofício. André diz que é de conhecimento de todos que a
73 prefeitura sempre atrasa nas respostas, mesmo colocando prazos, e que mesmo quando
74 respondem muitas vezes retornam com respostas vagas. André sugere que Eliezer também
75 solicite a resposta ao setor. Hamilton questiona se o pagamento do carnê está em dia. Eliezer
76 confirma e diz que não empenharia o grupo por cinco anos se não fosse para resolver a questão, e
77 não para ficar impedido de participar de novos editais. Hamilton concorda, e diz que trava tudo.
78 Eliezer diz que todos erraram, desde a contabilidade, que no início depositaram recurso em conta
79 errada, a Comissão de fiscalização que não repassou ao CMDCA, o CMDCA que não se
80 posicionou, a Comissão da prefeitura também não verificou. André diz que passará para o item
81 quatro em pauta: Informe recebimento de relatório dos atendimentos de fevereiro a junho do
82 Conselho Tutelar; e diz que foi encaminhado o relatório através de planilha, que é de suma
83 importância que o Conselho Tutelar passe para o CMDCA os casos atendidos, e relembra que foi
84 solicitado em últimas reuniões do CMDCA em que o CT participou, para elucidar mais os
85 problemas: especificar quais seriam as negligências e diz que não recorda no momento quais as
86 conselheiras que estavam presentes, mas que foi concordado de o CT fazer uma apresentação em
87 forma de gráfico. Louizi diz que quem esteve presente na última reunião presencial do CMDCA
88 em fevereiro foi a Ale Cardoso, e diz que na data a conselheira estava sem experiência, tinha
89 apenas um mês de conselho e diz que recorda que já havia sido falado em outra reunião pela
90 conselheira tutelar: Priscila, estando também o assessor Guilherme, onde ela informou que
91 continuariam a apresentar os dados nessa forma e sugere que o CMDCA trabalhe em cima dos
92 dados. Louizi explica que já foi conversado com a Ale e que levaram essa questão para discussão
93 no colegiado, e diz que entende que não é sua atribuição do CT e sim do CMDCA trabalhar com
94 esses dados que foram levantados. Louizi diz que então não foi feita apresentação e diz que
95 quando retornarem do isolamento estarão conversando melhor. Louizi diz que como a Ale se
96 comprometeu poderiam conversar para ela fazer, porém entende que deve ser decisão do
97 colegiado. Louizi reforça que já teve discussão sobre isso em outra reunião e diz que o conselho
98 tutelar leva os números, e que em sua opinião está bem esmiuçado, e justifica que as conselheiras
99 tutelares não têm tempo para isso. André diz que a ideia de solicitar uma melhor apresentação é
100 para saber o diagnóstico, para serem objetos dos editais que abrirem e diz que é orientação do
101 CONANDA os CMDCA's abrirem editais para projetos para atender a demanda da pandemia e
102 diz que daqui a pouco passará e ainda não terão aberto. André diz que considera os dados vagos.

103 Louizi diz que concorda que o CMDCA deve pegar os dados levantados e trabalhar com o
104 problema que atualmente é a negligência, e não fazer projetos com objetivos aleatórios. Louizi
105 diz que o relatório pode não conter a realidade, pois quando é repassado aos órgãos: CRAS,
106 CREAS investigar, às vezes é verificado que o problema não é bem a questão que foi pontuada.
107 Louizi explica que os profissionais dos serviços muitas vezes verificam o que está por trás de
108 uma questão, por exemplo: pontuam a negligência, identificam a questão da higiene, o que está
109 por trás. Louizi diz que pode haver até uma reformulação, pois os dados podem não ser a
110 realidade, pois quando forem investigar não é bem aquilo. Louizi passa a palavra a Guilherme.
111 Guilherme diz que a fala da Louizi abriu várias janelas para reflexões, porém explica que se o
112 CMDCA solicita os dados para o Conselho Tutelar é porque está disposto no art. 88 do ECA que
113 o CMDCA é um órgão controlador, e diz que deixa claro que o CMDCA não está fiscalizando o
114 CT, e que essa solicitação dos dados é para controlar. Guilherme diz que o CMDCA deve pegar
115 esses dados e os conselheiros de direitos governamentais e não governamentais, ao olhar os
116 números que são entregues, devem verificar se é visível, se é possível entender as violações da
117 forma em que está exposto: por bairros, por números, e se o grupo ao olhar as tabelas
118 apresentadas não consegue, cabe ao CMDCA sugerir melhorias: isso inclui se precisam trabalhar
119 gráficos. Guilherme diz que se o CMDCA pede gráfico, não é pela experiência da conselheira
120 Louizi, Guilherme afirma que o CMDCA tem a legitimidade de pedir que mudem a forma de
121 apresentação, se esses números são dignos ou não, se são pontuais, se podem alterar, é outra
122 reflexão, se dão um norte, os conselheiros já saem do achismo na hora de debater abertura de
123 edital e diz que nas reuniões é necessário não só debater projetos e convênios, mas debater as
124 políticas públicas, e explica que não é questão: se os dados são reais, mas se a apresentação está
125 boa, se o CMDCA acredita que devem mudar, o CT deve mudar. Guilherme observa que bem ou
126 mal o Conselho Tutelar já apresentou os dados, e ao olhar os dados conseguem discutir políticas
127 públicas, com planilha ou sem planilha, com gráfico ou sem gráfico. Guilherme afirma que não
128 adianta apresentar e não ser discutido e exemplifica que é como se arrumar todo chique, se
129 produzir para ir a um restaurante e te levarem para comer um cachorro quente na esquina, na
130 chuva. Guilherme diz que o objetivo de o CT apresentar é o CMDCA discutir. Guilherme
131 parabeniza o Conselho Tutelar por apresentar os dados, e diz que é uma questão interna do
132 Conselho Tutelar decidir se vai ou não apresentar em forma de gráfico, porém relata que se o
133 Conselho Tutelar falou em reunião que ia se comprometer, o colegiado se comprometeu, pois
134 não devem personificar quem esteve presente, e sim uma questão de confiar nas decisões.
135 Guilherme diz que se a pessoa que está representando o CT no CMDCA assumiu e se
136 comprometeu automaticamente o colegiado se comprometeu. Louizi diz que não é porque ela é
137 nova, que não tinha experiência, e deixa claro que não quer personificar, mas se querem olhar
138 melhor esses números é intenção também do CMDCA. André diz que encerrará esse debate
139 pontuando que solicitam essas mudanças para ter mais detalhado para fazer o controle e buscar
140 solução. André diz que é difícil admitir, mas o fato de não ter nenhum edital aberto para pleitear
141 recursos existentes no FIA já mostra que não foi feito nada. Louizi diz que tem um programa
142 voltado para combater a negligência parado. André diz que é difícil o retorno pelo executivo de
143 resposta escrita, porém informa que em todas as reuniões e debates nos quais participa toca nesse
144 assunto do programa voltado à negligência e diz que não é uma opinião sua, mas fala em nome
145 da diretoria: do Vitor e Luciane. André pede que o CT não se sinta pressionado, pois o CMDCA
146 tem os apontamentos que o maior problema atualmente é a negligência, e diz que não tem hoje
147 projetos sociais que trabalhem essa questão. André questiona a Louizi como está a questão da
148 utilização do SIPIA, e recorda que em outro momento já foi conversado com a administração
149 para resolver as questões para possibilitar a sua utilização. André diz que a Sabrina também tem
150 a senha do SIPIA, o que possibilitaria ter acesso aos dados. Sabrina relata que os dados
151 quantitativos são públicos e constam na página inicial do SIPIA, portanto é só o Conselho tutelar
152 alimentar com os dados. Louizi diz que o SIPIA já gera automaticamente os dados e diz que em
153 Capivari ainda não estão usando, porém informa que estão tendo capacitação com a Graziela da
154 ACCT, e diz que ainda tem um problema do Estado. André solicita a interação do CT para

155 verificar o funcionamento do SIPIA. André diz que não é uma cobrança, mas sim que o CMDCA
156 e CT busquem juntos esse funcionamento. André diz que no momento o campeão de violações é
157 a negligência, que tem várias formas, e traz o questionamento do que as entidades civis e
158 governamentais podem fazer para tomar uma ação eficaz para combater essa violação ainda no
159 ano de 2020. Louizi informa que teve reunião virtual com o Dr. Saulo, que informou que tem o
160 hábito de fazer reuniões com a rede: Serviços, CMDCA, e diz que seria interessante buscar essa
161 parceria, e explica o porquê de estar falando isso: pois tem um programa de negligência onde
162 entraria o CRAS, o CREAS. Louizi diz que não está muito a par, pois quem participava do grupo
163 de trabalho era a conselheira tutelar: Ariele, que não foi reeleita, e observa que terão que rever o
164 novo membro para participar e sugere estreitar relações com o Dr. Saulo, pois ele se mostrou
165 bem interessado na área da infância e adolescência e relata que quanto mais adolescentes
166 atenderem na rede, menos demandas terão tanto pra ele quanto para as polícias. André diz que
167 tem um questionamento ao assessor Guilherme: diante de que sempre vem a questão da
168 negligência, qual a providência que o CMDCA deve ter. Guilherme questiona se o projeto está
169 pronto. André diz que o projeto veio de discussões com o Grupo de Trabalho da Rede e diz que
170 até foi encaminhado ao Guilherme para verificação e apontamentos. Guilherme diz que não
171 recorda se recebeu. André explica que seriam serviços para serem realizados no CRAS e
172 CREAS. Guilherme diz que segundo o art. 88 do ECA, o CMDCA pode deliberar para que esse
173 programa seja revisto, adaptado para o período de pandemia, se necessário, e após deliberarem
174 para que o programa seja executado, e questiona quantos adolescentes e crianças poderiam estar
175 sendo beneficiados, e cadê a prioridade absoluta. Guilherme diz que segundo a lei federal o
176 CMDCA pode deliberar para que o programa seja revisto e para que seja executado. Guilherme
177 diz que podem estar pensando em como pode ser vinculado também à Escuta Especializada e diz
178 que o CMDCA deve conversar com a Assistência Social e colocar prazos. E diz que como
179 assessor e defensor dos direitos pede que deliberem isso. André retifica que o programa foi feito
180 pelo Grupo de Trabalho, com demandas encaminhadas do CRAS e do CREAS, porém podendo
181 ser executado em outros locais, tendo como sugestão a Terceira idade, dentre outros locais.
182 André questiona para quem officiam. Guilherme diz que primeiramente é necessário falar com a
183 Assistência Social e explica que a Luciane é a conselheira representante da assistência social no
184 conselho e, portanto cabe a ela colocar na agenda uma reunião com a Secretária de Assistência
185 sobre esse programa, verificar a metodologia, se quiser adaptar devido à pandemia. Guilherme
186 diz que se coloca à disposição enquanto assessor, pegando a informação dada pelo presidente,
187 que o executor seriam: CRAS e CREAS. André questiona se podem abrir um edital para que seja
188 apresentado esse projeto com o objetivo de ser custeado com verbas do FIA. André diz que o
189 projeto pode ser executado em outros locais, porém a porta de entrada seria o CRAS e CREAS.
190 André diz que quer sair da reunião com algo amarrado, e questiona se fazem um novo grupo de
191 trabalho para revisar o projeto existente. Luciane diz que com relação ao projeto, foi a
192 conselheira Daiani quem participou do Grupo de Trabalho e diz que o projeto não chegou aos
193 finalmente, e sugere que já coloquem uma data, pois tem férias vencidas em haver que pretende
194 pegar em agosto, por isso sugere que tentem agilizar essa questão. Dafna diz que também pode
195 contribuir, e diz que se está quase pronto, pode arredondar para colocar em funcionamento, e
196 contribuir para as crianças e adolescentes do município. Luciane diz que embora o atendimento
197 nos serviços esteja limitado, é possível verificar que aumentou muito as questões familiares e
198 concorda com a execução o mais breve possível. Guilherme relata que não adianta abrir edital
199 sem verificar quais as entidades, tanto governamentais quanto não governamentais, tem interesse
200 em executar. Guilherme diz que é interessante repassar o projeto do jeito que está para as
201 entidades olharem pra ver se tem interesse, as entidades civis: APAE, CEACA, AJL, Escoteiro,
202 verificar se será necessário o recurso do FIA, pois terão o controle, deve ficar claro que serão
203 cobrados sobre a execução, e que o projeto é para a necessidade colocada, é verificar quais as
204 entidades civis tem interesse em executar, se não volta para a Assistência Social. Guilherme
205 pontua a necessidade de colocação de prazos, por exemplo: as entidades têm quinze dias para ver
206 o projeto inicial e se colocar se possuem interesse ou não. André sugere formar o grupo de

207 trabalho com os conselheiros que tenham interesse em rever os projetos: Luciane, Dafna, André
208 e diz que o projeto vai tratar de algumas famílias que entram no CRAS e CREAS, tratarão, por
209 exemplo: de higiene bucal, perspectiva profissional, e explica que a ideia é tratar as deficiências
210 que envolvem a negligência. André diz que no primeiro encontro tem a acolhida, nos seguintes
211 trabalhariam os temas: higiene pessoal, bucal, a sexualidade e contraceptivos, o planejamento
212 doméstico, os cuidados de higiene e diz que foram pegos relatos dos profissionais da ponta:
213 dentre outros os agentes comunitários. André diz que o CRAS disponibilizaria a lista. Luciane
214 diz que filtrariam que verificariam o perfil para a família passar por uma qualificação de vida.
215 André diz que teria a contratação de pessoas especializadas para atender, e sugere que como
216 exemplo: podem realizar um evento no parque ambiental, voltado à família carente, ter pessoas
217 acolhendo, em forma de oficina e não de palestra. André diz que é possível as entidades civis
218 assumirem o projeto, e questiona quem está dentro, quem quer fazer. Louizi questiona se é um
219 programa ou projeto, pois projeto tem início, meio e fim. André diz que é projeto: hoje é pra ver
220 se dá certo, dar o ponta-pé inicial. André diz que participavam do grupo de trabalho da rede: A
221 Daiani, a Tatiana do CRAS, a Janira do CREAS e Ariele do Conselho Tutelar. Louizi diz que a
222 preocupação é que o atendimento deve ser contínuo, e FIA não pode ser. Luciane diz que pode
223 ser colocado no edital para verificar, fazer a avaliação final. Louizi diz que faz a observação para
224 deixar uma visão para quem vai executar. Luciane diz que para ser uma iniciativa pode ser
225 utilizado o recurso do FIA, porém o CMDCA irá avaliar essa questão. André diz que podem dar
226 o ponta-pé inicial. André sugere fazer a avaliação em dois anos e se verificarem que deu certo,
227 sugerir dar a continuidade, pois a expectativa de atendimento é de aproximadamente
228 quatrocentas famílias e diz que o próximo gestor só não dará continuidade se não for inteligente.
229 André sugere amarrar e diz que precisa de integrantes para o grupo de trabalho e data para a
230 reunião. André diz que devem deliberar que o programa seja executado, e estão indo para o
231 encaminhamento. Dafna questiona se já não está no CRAS esse encaminhamento. André nega e
232 diz que o Conselho Tutelar apontou que a maior violação encontrada no município é a
233 negligência, aí fizeram um grupo de trabalho, onde estavam presentes representantes do CRAS,
234 CREAS, Saúde, CMDCA, e desenvolveram o projeto, que ficou parado, e explica que o projeto
235 foi elaborado por profissionais da ponta. Luciane observa que o Conselho Tutelar também esteve
236 presente no Grupo de Trabalho. André concorda e diz que nesse grupo foi desenvolvido o grupo
237 de trabalho de combate a negligência. Guilherme diz que os conselheiros devem deliberar para
238 executar. Sabrina questiona se primeiramente o projeto não deve ser encaminhado por e-mail aos
239 conselheiros e observa que o grupo de trabalho de combate a negligência é um grupo informal,
240 pois não foi formalizado em resolução. Eliezer questiona que: para tirar a dúvida primeiramente
241 irão fazer o grupo de trabalho, para após mandar para a entidade verificar se tem interesse em
242 executar e questiona se o projeto já foi colocado em prática. Luciane nega. André questiona
243 Guilherme se é isso. Guilherme sugere a formação do Grupo de Trabalho, e encaminhar o
244 projeto para as entidades para análise em quinze dias. Guilherme diz que a execução é
245 responsabilidade inicial do Estado, porém se o CMDCA entende que pode ser feito pelas
246 entidades, se alguma se interessar podem abrir um edital. Eliezer questiona se é possível que as
247 entidades governamentais: CRAS e CREAS toquem o projeto. Dafna diz que pela legislação
248 municipal o CMDCA de Capivari é fechado para isso, e se quiserem direcionar às entidades
249 governamentais devem mexer também nas legislações, e diz que em outros municípios é
250 direcionada uma porcentagem para ações governamentais, à exemplo de Tubarão. André diz que
251 levando em consideração o registro do Conselho Tutelar que a maior violação dos direitos das
252 crianças e adolescentes, existente no município no último ano, é a negligência, e sendo
253 informados da existência do projeto para combate à negligência, desenvolvido por grupo de
254 trabalho da rede, questiona se deliberam pela criação do Grupo de Trabalho para analisar e
255 adaptar o projeto de combate a negligência à situação atual de isolamento, bem como pós-
256 pandemia, para após viabilizar a sua execução. André sugere o prazo de até trinta dias para a
257 formação do grupo de trabalho, que apresentará o projeto na próxima reunião ordinária para
258 verificação das entidades interessadas em executar. Conselheiros aprovam por unanimidade.

259 André passa a item cinco em pauta: Informe recebimento de relatório de atendimentos em tempo
260 de pandemia do mês de junho do CEACA e APAE, já repassados aos conselheiros; André sugere
261 que cada entidade faça uma breve explanação. Luciane observa que não há representantes do
262 CEACA presentes. Hamilton diz que encaminhou ao conselho os mesmos relatórios que
263 encaminham para o Estado, e diz que a APAE está com expediente interno nas segundas, quartas
264 e sextas, onde ficam presentes: a diretoria, secretária, professores, e funcionários que preparam
265 os materiais para as atividades à distância e também tiram as dúvidas. Hamilton diz que a APAE
266 está tendo parcerias para a realização de lives com artistas da cidade, e que está tendo um bom
267 retorno, informando que a APAE está cheia de cestas-básicas, e diz que a entidade se preocupou
268 com os alunos que tinham apenas a refeição disponibilizada pela entidade, informa que as
269 secretárias estão sempre higienizando, que estará preparada para receber os alunos assim que
270 autorizados e diz que o trabalho continua a todo vapor. André diz que é bom saber, e informa
271 que devido os representantes do CEACA não estarem presentes fará a apresentação do relatório
272 de junho da entidade, que disponibilizará em tela. André lê na íntegra, mostra a relação das
273 arrecadações, ações contendo fotos e comenta que é muito legal acompanhar também os vídeos
274 nas redes sociais. André observa que o José Eduardo entrou, e passa a palavra ao conselheiro.
275 José Eduardo diz que contra fatos não há argumentos e diz que as imagens falam por si só, e diz
276 que os professores se reinventaram, que tem uma professora na entidade que é muito tímida,
277 porém com a pandemia, foi muito criativa, e diz que vencido o medo inicial, a pandemia veio
278 para todos se reinventarem e crescerem. José Eduardo informa que a conselheira titular: Rosa foi
279 contaminada com o vírus e por isso não pôde estar presente. André diz que devido ao José
280 Eduardo ter entrado depois, atualiza que irão publicar no site uma resolução para a formação do
281 grupo de trabalho de combate a negligência, e diz que contam com a participação do CEACA
282 nesse grupo. Luciane pede a palavra e diz que é de seu conhecimento que a Rosa fez uma
283 pesquisa com as famílias atendidas pelo CEACA, e diz que é importante a entidade
284 disponibilizar esse material de pesquisa para o CRAS e CMDCA. André concorda. José Eduardo
285 diz que a ida nas casas das cento e oito famílias foi bom para ver a realidade, pois verificou-se
286 casas bonitas vistas de frente, porém quando iam ver moravam nos fundos, portanto algumas
287 pessoas que veem famílias entrando nessas casas atendidas pelo CEACA e questionam o porquê
288 que estão no CEACA, não sabem da realidade. José Eduardo afirma que disponibilizará ao
289 CRAS e CMDCA. André passa ao item seis: Informe sobre a confecção de planilha de
290 planejamento de ações pela Comissão do FIA; André informa que a Comissão do FIA está
291 confeccionando um organograma, uma planilha de planejamento com ações para resultados
292 daqui dois anos: 2021 e 2022, e diz que não esquecendo das ações atuais que devem ser
293 realizadas, e diz que foi orientação do assessor: Guilherme a criação dessa planilha. André passa
294 ao item sete: Informe andamento das reuniões das reuniões do Comitê Gestor; André questiona a
295 Sabrina o que tem pra passar das reuniões do Comitê. Sabrina informa que repassou
296 documentações encaminhadas pela AMUREL através de e-mail para os conselheiros e alguns
297 membros do Comitê, porém que a ideia de colocar esse item é saber quantas reuniões já foram
298 feitas, e quais ações já foram realizadas por esse comitê. André diz que não participou da última
299 reunião, pois estava na reunião com o prefeito, que foi no mesmo dia. André passa ao item oito:
300 Deliberar sobre a atualização dos membros do Comitê Gestor, conforme sugerido através do
301 ofício de n.º 01/2020; André diz que já esteve na delegacia de polícia civil conversando para
302 indicarem alguém para participar do Comitê, pois foi conversado no Comitê que a sua presença é
303 importante, pois é a polícia quem verificará, e diz que solicitam à plenária a inclusão da
304 participação de um membro da polícia civil no Comitê, e sugere encaminhar um ofício a ser
305 respondido no prazo de 48h, levando em consideração que já houve uma conversa prévia há duas
306 semanas. André pede um breve comentário sobre as reuniões do Comitê Gestor, no qual ele
307 participa. Guilherme observa que Louizi também está presente e participa do Comitê Gestor e
308 relata que na última reunião discutiram em qual local e qual sala seria realizada a escuta
309 especializada. E disseram que poderia ser no CREAS, desde que o profissional da Escuta fosse
310 do CREAS, também foi comentado que poderia ser na saúde. Louizi complementa que pensaram

311 no pronto atendimento. Guilherme observa que deve ter mais de um profissional para realizar a
312 escuta especializada. A representante do CREAS participou da live e mandou material para o
313 grupo. Guilherme diz que o Comitê se reuniu presencialmente no início do mês e marcou outra
314 reunião, porém foi na semana que parou novamente devido ao isolamento social decorrente da
315 pandemia. Guilherme observa que já conseguiram alguns avanços com as discussões, porém
316 reforça que é necessário que os gestores estejam cientes e que os membros do comitê repassem o
317 que foi discutido aos gestores, pois são eles que possuem a caneta, que tem poder de decisão de
318 liberar o recurso, e diz que é importante que o processo seja rápido no município, que é
319 necessário levar em consideração a prioridade absoluta das crianças e adolescentes. Louizi relata
320 que não devem esperar pelo posicionamento do MP. Guilherme diz que houve municípios que o
321 MP colocou quem deve fazer o que, e como fazer, e diz que não devem pensar em realizar pela
322 intervenção da promotoria, mas pela prioridade absoluta. André agradece aos membros do
323 comitê presentes: Guilherme, Louizi, Fernanda. E observa que tem a Saray que não é membro do
324 CMDCA. André coloca em deliberação se todos concordam com a inclusão do integrante da
325 polícia civil no Comitê de Escuta Especializada. André diz que com relação ao item nove:
326 Informe aguardando as respostas de ofícios encaminhados pelo CMDCA de n.ºs
327 51/CMDCA/2020 e 52/CMDCA/2020; André pede que Sabrina recorde aos conselheiros do que
328 se tratam esses ofícios. Sabrina informa que o ofício de n.º51/2020 trata-se da solicitação de
329 resposta objetiva sobre a possibilidade de o Grupo Escoteiro Carijós receber recurso e o de n.º
330 52/2020 trata-se do reforço do ofício de n.º 340/2019, que solicita o encaminhamento de relação
331 das multas que estão sendo direcionadas ao FIA. André diz que o primeiro ofício já havia sido
332 encaminhado anteriormente, portanto solicita que realizem o reencaminhamento dos ofícios, com
333 solicitação de resposta em 48h. André diz que não recorda de terem discutido a questão desse
334 segundo ofício, referente às multas. André diz que foi debatido, pois foi questionado pela
335 contabilidade a entrada de alguns valores na conta FIA, e relata que pensam ser das multas que
336 estão sendo direcionadas ao FIA. Eliezer questiona qual é o valor, se são os salários mínimos.
337 Eliezer reforça que não recorda de terem formado esse convênio. André relata que foi em 2019,
338 que valor pode ser parcelado em salários mínimos. Eliezer sugere rever a questão das verbas das
339 multas irem para o FIA, pois, salvo engano, é um recurso que passam para as entidades
340 diretamente. André diz que tem um fundamento legal para o conselho orientar e controlar e diz
341 que já foi repassado e encerrado através dos fundamentos legais do Ministério Público. André
342 reforça para reencaminharem os ofícios de n.º 51 e 52/2020, solicitando resposta no prazo de
343 48h. Conselheiros concordam por unanimidade. André passa ao item dez em pauta: reforçar que
344 foram recebidos os e-mails do CEDCA já repassados aos conselheiros e disponíveis na página do
345 CMDCA, no site da prefeitura; André questiona a Sabrina se tem mais alguma questão além da
346 que o Hamilton levantou, que será falada em palavra-livre. Sabrina informa que receberam
347 quatro e-mails do CEDCA, que foram repassados aos conselheiros através de e-mail, também no
348 grupo de whatsapp e publicado na página do conselho no site da prefeitura. O primeiro recebido
349 em 14/07/20 trata-se de convocação para a reunião do CEDCA, o segundo recebido em
350 22/07/20, foi a Orientação n.º 11/2020 da DIDH sobre a lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, o
351 terceiro, recebido em: 29/07/20 foi a nota de repúdio e por último o recebido em: 29/07/2020,
352 sobre um curso de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, e observa que
353 acredita que não é o caso do município, porém repassou. André concorda e passa ao item onze:
354 Deliberar sobre os pareceres de n.º 001 e 002/2020 da Comissão de Fiscalização, referente visita
355 aos projetos cancelados em andamento das entidades CEACA: Espaço multifuncional e AJL:
356 Estação Cultural e Guardas Ambientais; André passa à palavra aos membros da comissão, e
357 sugere: Vitor. Vitor informa que estiveram presentes nas entidades CEACA e AJL: ele, o Corrêa,
358 que é o representante da polícia militar, e Sabrina, com o número reduzido devido à pandemia, e
359 diz que o projeto do CEACA está parcialmente concluído, faltando as portas, correções, janelas,
360 parte elétrica. Vitor diz que o projeto está bem adiantado e que foi repassado pelo funcionário
361 que acompanhou os membros, que a obra parou devido à pandemia. José Eduardo diz que quer
362 fazer somente uma observação: não pararam a obra devido à pandemia, mas sim devido à

363 prefeitura ainda não ter repassado o recurso do FIA, e diz que tiveram que ter uma decisão muito
364 séria: foi colocado um telhado para não danificar a obra já feita, pela questão do tempo a chuva.
365 Vitor observa que também ficou em haver o acabamento do telhado. André diz para José
366 Eduardo que o retorno da conversa com o prefeito é que ainda não houve resposta oficial com
367 relação a essa questão do repasse, já que foi um assunto discutido antes da entrada do
368 conselheiro, que é de interesse da entidade, e foi deliberado por reencaminhar a solicitação de
369 resposta escrita. Vitor diz que com relação aos projetos da AJL foi realizada uma apresentação,
370 onde pôde ser observado que há um controle de frequência no próprio sistema utilizado, está
371 muito bem organizado, ficando pendente, até o momento, apenas no projeto guardas ambientais:
372 a viagem que teriam em alguns pontos da região. Vitor diz que mostraram as aulas que estão
373 sendo realizadas de forma virtual e o ambiente onde são gravadas, e diz que está sendo um
374 projeto com muita qualidade. André questiona à Sabrina se as resoluções de n.ºs 148/2018 e
375 156/2018 entrariam nesse item, ou no próximo, pois não entendeu. Sabrina explica que, já que
376 expôs o assunto no grupo, fez apenas uma observação através do whatsapp de que a Comissão
377 deve observar de ter a presença das placas informando que os projetos estão sendo realizados
378 com recursos do FIA, lembrando que há uma placa temporária e uma fixa, que é o que constam
379 nas resoluções e informa que foi conversado informalmente com Richarles, que sugeriu colocar
380 uma menção ao FIA de forma online, já que o projeto foi virtualizado. André pede que Sabrina
381 disponibilize os relatórios em tela e os lê, focando nas considerações finais, e conclui que em
382 ambos o andamento dos projetos encontram-se satisfatórios. André questiona se deliberam pela
383 aprovação dos relatórios de n.ºs 001, 002 e 003/2020 da Comissão de Fiscalização do CMDCA.
384 E lembra que o representante do CEACA não participará da votação do parecer 001, pois se trata
385 de questão de sua entidade, bem como a representante da AJL também irá se abster do voto com
386 relação aos pareceres de n.ºs 002 e 003 que referem-se aos projetos de sua entidade.
387 Conselheiros restantes aprovam por unanimidade os pareceres de n.ºs 001, 002 e 003/2020 da
388 Comissão de fiscalização. André sugere que coloquem em deliberação a dúvida do Richarles, se
389 a AJL poderá fazer um template digital. Dafna diz que a temporária pode ser digital e manter a
390 placa em acrílico. André sugere deliberar pela mudança da placa de divulgação do FIA para
391 forma virtual, levando em consideração o período de pandemia. Vitor diz que com relação ao
392 CEACA, a Rosa já se manifestou anteriormente em colocar na inauguração da obra a placa de
393 acrílico, e observa que no caso do CEACA ainda está parada a obra. André reforça para
394 deliberarem que a placa provisória informando que o recurso dos projetos é do FIA possa ser
395 virtualizada por ser época de isolamento social e os projetos terem sido virtualizados. José
396 Eduardo diz que o importante é ser eficaz, e divulgar o FIA, então não importa qual metodologia
397 deve ser. André questiona se conselheiros concordam. Conselheiros concordam por
398 unanimidade. André passa ao item doze: Deliberar sobre os pareceres de n.º 002, 003 e 004/2020
399 da Comissão de Normas e documentos, referente à alteração da lei de n.º 2.035/2020 e
400 solicitação de aditivos dos projetos: Guardas Ambientais e Estação Cultural, da Associação Jorge
401 Lacerda; André os lê. André questiona se os conselheiros deliberam pela aprovação do relatório
402 de n.º 002/2020 sobre a aprovação da redação da lei. Conselheiros concordam por unanimidade.
403 André lê o parecer de n.º 03/2020, sobre a análise da solicitação de aditivo para a continuidade
404 do projeto: Guardas ambientais da Associação Jorge Lacerda. André o lê em sua íntegra, sendo o
405 parecer da Comissão favorável à aprovação. André reforça que é para dar a continuidade ao
406 projeto e questiona se conselheiros aprovam diante do aditivo apresentado, a autorização da
407 captação via chancela do valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), considerando que 20%
408 do valor total: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) ficará retido ao FIA– Fundo da Infância e
409 Adolescência de Capivari de Baixo-SC. Conselheiro Eliezer retorna e diz que teve problemas
410 técnicos e questiona se esse foi o parecer emitido pela comissão de normas. André confirma.
411 Conselheiros aprovam por unanimidade. André passa ao parecer de n.º 04/2020, referente à
412 análise da solicitação de aditivo para a continuidade do projeto: Estação Cultural, da Associação
413 Jorge Lacerda. André o lê em sua íntegra, sendo o parecer da Comissão favorável à aprovação.
414 André questiona se os conselheiros aprovam a autorização da captação via chancela do valor de

415 R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), considerando que 20% do valor total: R\$ 11.200,00
416 (onze mil e duzentos reais) ficará retido ao FIA. Conselheiros concordam por unanimidade.
417 André agradece a compreensão de todos devido a sua voz, informando que não está com COVID
418 e sim uma forte alergia abre a palavra livre. Vitor diz que vem observando a falta da
419 representante da Secretaria de Educação nas reuniões do CMDCA, e sugere que oficiem a
420 Secretaria, conforme o disposto no regimento interno, para que participem das reuniões. O
421 assessor Guilherme diz que, pegando o embalo da fala do conselheiro, também observou que a
422 Secretaria de educação não vem participando há algum tempo e aponta que isso é muito grave, e
423 diz que enquanto assessor cabe a observação que a educação é uma política básica, e diz que se
424 os servidores publicos não vêm participando, cabe aos conselheiros da entidade civil cobrar a
425 participação, e verificar o que vai ser feito, pois as não governamentais são sempre cobradas
426 quando faltam e diz que não cabe a ele dizer, mas enquanto assessor reforça que isso é grave,
427 pois é uma secretaria que não é só importante, mais fundamental. Eliezer justifica a ausência dos
428 conselheiros da Polícia militar devido os conselheiros estarem participando de uma operação
429 policial. André sugere que seja passado para a comissão de normas verificar a questão das
430 entidades faltantes. Dafna diz que não estão tão omissos, e questiona se além da educação há
431 algum outro órgão que não está participando ativamente, pra não desanimar quem participa.
432 Guilherme pede desculpas por gerar essa interpretação às entidades e explica que a fala não é
433 uma crítica para a sociedade civil, e diz que o CMDCA é bom porque cobra a sociedade civil,
434 mas que também devem cobrar a participação das entidades governamentais. Guilherme observa
435 que o Vitor é representante do governo e chamou a atenção para a não participação dos
436 representantes também do governo, e diz que se pegar o histórico já há muitas reuniões que os
437 representantes da educação não participam. Guilherme agradece o feedback da Dafna. Dafna diz
438 que devem dialogar com o poder público. Guilherme diz que não entra nesse mérito. Vitor
439 sugere que fosse comunicado para a Secretaria de Educação a ausência da representante deles.
440 Vitor diz que tem muitos projetos que são voltados à Educação e questiona onde está a
441 Secretaria. Eliezer diz que é de seu conhecimento que a Renata foi positivada para COVID,
442 portanto deve estar afastada e diz que a Fabíola já foi vista em reunião virtual. Sabrina informa
443 que a Fabíola participou da última reunião da Comissão de normas e que talvez falte
444 comunicação da titular informando a suplente a sua ausência. Eliezer diz que podem indicar
445 outros representantes, pois faz a observação de que é a Secretaria que mais tem funcionários, e
446 sugere que a Secretária questione quem realmente tem o desejo/a vontade de estar no CMDCA,
447 pois se obrigar não tem a participação efetiva. Eliezer diz que em reunião anterior, não recorda
448 em qual, mas foi falado pelo Grupo Escoteiro que foi iniciado o pagamento da parcela do débito,
449 e questiona como está sendo feito o repasse das parcelas do FIA, se está sendo informado que é
450 para a conta do FIA, referente débito de projeto apresentado para o CMDCA, e sugere que o
451 presidente ou secretária verifiquem. André diz que passa a atribuição para a secretaria executiva,
452 pra passar depois para a Comissão de normas analisar, e se necessário passar para a plenária.
453 Eliezer concorda. Demais conselheiros concordam. André diz que colocou em votação a
454 notificação da entidade através de ofício e questiona se tem manifestos contrários ao envio. Não
455 havendo, André relata que será encaminhado o ofício à Secretaria de Educação, mencionando o
456 regimento interno do CMDCA. André questiona se Hamilton quer retornar a fala sobre a nota de
457 repúdio encaminhada pelo CEDCA. Hamilton diz que se trata da nota de repúdio em relação a
458 uma matéria do jornalista que fez uma fala dizendo que a vara ainda é a melhor escola, e diz que
459 esse indivíduo já foi demitido de filiada da rede Globo justamente pelos comentários dele e
460 questiona se vai haver posição do CMDCA: se farão documento que estão de acordo com essa
461 nota de repúdio. André diz que rotineiramente se deparam com colocações errôneas que vem em
462 desacordo com o ECA, e diz que no e-mail o CEDCA o conselho solicita a ampla divulgação,
463 portanto, observando os princípios do ECA, sugere divulgar na internet, pois já foi
464 disponibilizado a todos os conselheiros por Sabrina, e sugere que coloquem em suas redes
465 sociais. Dafna diz que leu e concorda que devem replicar. André sugere que coloquem tanto em
466 perfis das entidades, quanto em pessoais e diz que apoia enquanto pessoa e enquanto presidente

467 do CMDCA. André pede desculpas por sua lerdeza, e justifica que está com muita dor de
468 graganta, agradece a presença de todos para discutir assuntos de combate à violação e agradece
469 especialmente a presença do assessor Guilherme que sempre os corrige pontualmente e também
470 da Secretária Executiva Sabrina, por ser sempre muito prestativa, relatando que ela está sempre
471 cobrando encaminhamentos, e reforça que sugere uma bonificação pelo bom desempenho,
472 solicitando que fique registrado em ata, observando que o serviço tem aumentado, principalmente
473 em época de pandemia, e pelo tem demonstrado no trabalho em conjunto nesses quase dois anos.
474 André declara encerrada a reunião se despedindo dos conselheiros. E nada mais havendo a tratar-
475 se, foi encerrada a reunião às onze horas e cinquenta minutos. E, para constar eu: Sabrina
476 Medeiros da Silva, na condição de assistente administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata
477 que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.